

ATA NÚMERO 112/XIII (3.ª)

A 28 de fevereiro de 2018, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE (10H30)

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, da Plataforma do Cinema sobre a revisão do sistema de apoios públicos ao cinema, a requalificação e a reorganização da orientação estratégica e competências do ICA e as condições desta entidade para o cumprimento da sua missão.

II PARTE (12H00)

1. Informações;
2. Aprovação da ata da reunião de 20 de fevereiro de 2018;
3. Apreciação e votação do parecer dos [projetos de lei n.ºs 695/XIII \(3.ª\)](#) (PAN) - Determina o fim da utilização de animais nos circos -, [701/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos -, [703/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Proíbe a utilização de animais selvagens em circos e estabelece medidas de apoio às artes circenses -, [705/XIII \(3.ª\)](#) (PS) - Determina a proibição da utilização de animais selvagens nos circos, procedendo à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, e [706/XIII \(3.ª\)](#) (Os Verdes) - Sobre animais em circo:

Relator: Deputado Diogo Leão (PS)

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 1263/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Recomenda o estabelecimento da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, conforme o determinado na Lei n.º 107/2001;

5. Discussão do [projeto de resolução n.º 1339/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) - Recomenda ao Governo a criação da Zona Especial de Proteção (ZEP) do Centro Histórico do Porto;

6. Outros assuntos.

I PARTE (10H30)

Audição, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, da Plataforma do Cinema sobre a revisão do sistema de apoios públicos ao cinema, a requalificação e a reorganização da orientação estratégica e competências do ICA e as condições desta entidade para o cumprimento da sua missão

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, Deputada Edite Estrela iniciou os trabalhos dando as boas vindas à representante dos Festivais e Entidades do Setor presentes na Plataforma do Cinema, Cíntia Gil, aos representantes da Associação Portuguesa de Realizadores, Filipa Reis e Miguel Gomes, e ao representante dos Produtores de Cinema Independente Associados, Luís Urbano. De seguida, a Senhora Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), que sumariou as questões subjacentes ao requerimento:

- Debater a situação atual do cinema numa perspetiva mais ampla, evidentemente que interessa ao Grupo Parlamentar do PCP abordar as questões que têm estado mais em cima da mesa, nomeadamente a alteração do Decreto-Lei relativo à regulamentação da Lei do Cinema e a questão dos júris;
- O Grupo Parlamentar do PCP tem conhecimento que na última reunião do Conselho de Ministros foi declarado que já estaria em cima da mesa a versão final do Decreto-Lei. Assim, questionou a Plataforma do Cinema sobre que avaliação fazem do comunicado do Conselho de Ministros e as próprias declarações relativamente a esta matéria, que dão a entender que há uma alteração do artigo 14.º, estipulando que a Secção Especializada do Cinema e Audiovisual (SECA) passaria a apresentar os nomes dos jurados, apreciaria a título não vinculativo as listas que o Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) propusesse e que caberia ao ICA a decisão final;

- Qual é que deve ser o papel da SECA em todo o enquadramento legislativo do cinema;
- Qual é que deve ser o papel do ICA, enquanto órgão público integrado num organismo do Estado que tem a sua lógica de existência no sentido de precisamente coordenar aquilo que é política do cinema.

Em resposta, os representantes da Plataforma do Cinema mencionaram que no que respeita à avaliação do comunicado do Conselho de Ministros e do Senhor Ministro da Cultura não conhecem a redação final do Decreto, têm conhecimento daquilo que foi referido que consiste em que a SECA vai indicar os nomes para os jurados e vai apreciar as listas.

Referiram que um órgão consultivo como é a SECA é sempre um órgão consultivo e, portanto, estar no artigo 14.º mencionado como órgão que indica nomes é uma forma de coerção, passa a ser um órgão coercivo.

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) referiu que o atual Governo entendeu ser necessário alterar o [Decreto-Lei n.º 124/2013, de 30 de agosto](#), no sentido de aligeirar todo o processo de atribuição do apoio financeiro e aprovou na reunião do Conselho de Ministros de 22 de fevereiro de 2018 um novo Decreto-Lei que regulamenta a Lei do Cinema.

Disse que o Senhor Ministro garante que a SECA passa a ter um papel apenas consultivo e, portanto, cabe essencialmente ao ICA a palavra inicial e a palavra final. Nesse sentido, questionou a Plataforma do Cinema sobre se foram chamados a participar na elaboração desta nova proposta e, por outro lado, se consideram que estão reunidas todas as condições para o ICA assumir as suas responsabilidades enquanto executor e regulador da política cultural para o cinema.

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) questionou qual é o papel que o setor do audiovisual tem e pode ter para promover o cinema de criação ou a produção de criação artística na sua linha completa, no seu ciclo: o ciclo de promoção, de divulgação, de internacionalização e de divulgação de base.

Questionou tendo o ICA uma nova administração se a plataforma do cinema vê um novo tempo de melhor articulação entre os representantes do setor e uma nova forma de por em marcha todos os procedimentos contidos na lei.

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) referiu que o Grupo Parlamentar do BE partilha em larga medida das preocupações da Plataforma do Cinema e que são a favor das SECAS, mas enquanto órgãos consultivos não têm que estar imiscuídos na escolha dos júris. Salientou que as pressões que se fazem num órgão como a SECA naquilo que diz respeito à constituição de júris são ilegítimas.

A Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) referiu que em Conselho de Ministros de 22 de fevereiro de 2018 há uma nova versão do Decreto-Lei em crise que o Grupo Parlamentar do CDS-PP ainda não conhece. Pelo que, questionou se o regime é o seguinte: ao ICA caberá fazer a proposta inicial, a SECA aprecia de forma não vinculativa e a decisão final é do ICA. Indagou se isto não encerra em si uma desresponsabilização do Governo.

Perguntou se este regime é ou não mais transparente e se o mesmo não deixa dúvidas sobre a entidade a quem se pode pedir contas.

Por fim, questionou se na nova versão do Decreto-Lei há alguma novidade em matéria do quadro sancionatório ou se não havendo nenhuma novidade continua a compensar o crime.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) mencionou que a representante da Associação Portuguesa de Realizadores, Filipa Reis, referiu que iriam ficar muito alerta ou que estavam alerta em relação àquela declaração do Senhor Presidente do ICA de que o ICA não tinha capacidade para encontrar os jurados.

Assim, questionou qual é que é o nível de alerta de que se está a falar e o que é que isto significa, como é que isto caracteriza o papel do ICA atualmente.

Os representantes da Plataforma do Cinema responderam às questões colocadas pelas Senhoras e Senhores Deputados tendo referido, designadamente que a SECA é uma subsecção do Conselho Nacional de Cultura, é a Secção Especializada do Cinema e do

Audiovisual e, portanto, tem uma regulamentação própria que lhe confere um papel de natureza consultiva.

Esta entidade tem como objetivo estar à disposição do membro do Governo que tutela a pasta da Cultura para discutir os assuntos relacionados com a política a ter em conta ou a executar no âmbito desta atividade.

Destarte, é uma secção especializada, mas que sempre foi de natureza consultiva, a originalidade deste processo decorre de facto do Decreto-Lei que foi aprovado na sequência da Lei do Cinema e que lhe institui, do ponto de vista da Plataforma do Cinema de forma absolutamente ilegal, um carácter executivo e determinante naquilo que é o exercício de uma competência que é crucial, que é definir quem são as personalidades que vão analisar, avaliar e decidir relativamente à atribuição dos apoios do cinema, isto é, os júris.

Na segunda ronda registaram-se as intervenções da Senhora Deputada Susana Lamas (PSD), da Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS), do Senhor Deputado Jorge Campos (BE) e da Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) que questionaram os representantes da Plataforma do Cinema, nomeadamente sobre a criação do Fundo do Turismo e Cinema para atrair a rodagem de mais produções estrangeiras para Portugal, as expectativas com a nova direção do ICA de poderem ir um pouco mais longe na pacificação do setor, o Orçamento de Estado para a Cultura.

No final, os representantes da Plataforma do Cinema responderam às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo à representante dos Festivais e Entidades do Setor presentes na Plataforma do Cinema, aos representantes da Associação Portuguesa de Realizadores e ao representante dos Produtores de Cinema Independente Associados.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

II PARTE (12H00)

1. Informações:

1.1. A Senhora Presidente informou que o Senhor Deputado Hugo Carvalho (PS) passará a integrar o Grupo de Trabalho do Desporto.

1.2. Disse que o Conselho Geral Independente da Rádio e Televisão de Portugal, SA, remeteu à Comissão o [Relatório de Avaliação Intercalar do cumprimento do Projeto Estratégico para a RTP - 1.º Semestre de 2016](#) e as [Linhas de Orientação Estratégica – 2018-2020](#), que já se encontram publicados na página da *internet* da Comissão e foram distribuídos por todos os Senhores Deputados.

1.3. A Senhora Presidente informou que o Provedor do Ouvinte da Rádio e Televisão de Portugal, SA, dando cumprimento ao estipulado no n.º 4 do artigo 37.º da [Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro](#), remeteu à Comissão o [Relatório de Actividade do Provedor do Ouvinte de 2017](#), que já se encontra publicado na página da *internet* da Comissão e foi distribuído por todos os Senhores Deputados.

1.4. Transmitiu que nos termos e para os efeitos previstos no artigo 36.º do [Decreto-Lei n.º 23/2015, de 6 de fevereiro](#), a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo remeteu à Comissão o Relatório Anual do Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social (2016), bem como cópia do despacho do Senhor Ministro da Cultura, distribuídos por todos os Senhores Deputados.

1.5. Conferência «*Violência no Desporto*»

No que respeita à apreciação do programa final da Conferência «*Violência no Desporto*», a Senhora Presidente disse que têm as propostas dos Grupos Parlamentares do PSD e do PS e que vão ter de estabilizar, em articulação com a 1.ª Comissão, o programa final desta conferência. Referiu que o evento é para decorrer todo o dia, foram feitas diferentes sugestões e, portanto, vai pedir aos serviços que façam uma fusão das sugestões apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PSD e do PS, para depois em articulação com a 1.ª Comissão fixarem o programa final.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que em relação à conferência a Deputada Diana Ferreira (PCP) irá fazer chegar por correio eletrónico uma mensagem sobre esta matéria também para ser tida em consideração.

A Senhora Presidente pediu para a mesma ser enviada ainda naquele dia porque estão de facto já com muito pouco tempo para poderem tomar decisões, uma vez que o evento também envolve a 1.º Comissão.

2. Aprovação da ata da reunião de 20 de fevereiro de 2018

A ata da reunião de 20 de fevereiro de 2018 foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

No final deste ponto da ordem do dia, a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Edite Estrela foi substituída pelo Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro do Ó Ramos.

3. Apreciação e votação do parecer dos [projetos de lei n.ºs 695/XIII \(3.ª\)](#) (PAN) - Determina o fim da utilização de animais nos circos -, [701/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos -, [703/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Proíbe a utilização de animais selvagens em circos e estabelece medidas de apoio às artes circenses -, [705/XIII \(3.ª\)](#) (PS) - Determina a proibição da utilização de animais selvagens nos circos, procedendo à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, e [706/XIII \(3.ª\)](#) (Os Verdes) - Sobre animais em circo

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) referiu que é a segunda vez que o seu projeto de parecer é apreciado na Comissão, porque o Grupo Parlamentar do PS e ele próprio na qualidade de Deputado Relator acolheu uma série de sugestões que lhe foram enviadas pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP na sequência da primeira discussão do parecer. De seguida, especificou quais as introduções que foram inseridas no parecer inicialmente apresentado na Comissão.

O parecer dos [projetos de lei n.ºs 695/XIII \(3.ª\)](#) (PAN) - Determina o fim da utilização de animais nos circos -, [701/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) - Reforça a proteção dos animais utilizados em circos -, [703/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Proíbe a utilização de animais selvagens em circos e estabelece medidas de apoio às artes circenses -, [705/XIII \(3.ª\)](#) (PS) - Determina a proibição da utilização de animais selvagens nos circos, procedendo à 3.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 255/2009, de 24 de setembro, e [706/XIII \(3.ª\)](#) (Os Verdes) - Sobre animais

em circo, submetido a votação foi aprovado por unanimidade pelos Grupos Parlamentares PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

4. Discussão do [projeto de resolução n.º 1263/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Recomenda o estabelecimento da Zona Especial de Proteção do Centro Histórico do Porto, conforme o determinado na Lei n.º 107/2001 e do [projeto de resolução n.º 1339/XIII \(3.ª\)](#) (PCP) - Recomenda ao Governo a criação da Zona Especial de Proteção (ZEP) do Centro Histórico do Porto

A pedido do Grupo Parlamentar do PS os pontos 4 e 5 foram adiados para a próxima reunião da Comissão.

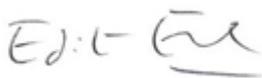
6. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos

A reunião foi encerrada às 12 horas e 31 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 06 de março de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Joana Barata Lopes
Joel Sá
Jorge Campos
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Susana Lamas
Ana Mesquita
Constança Urbano de Sousa
Gabriela Canavilhas
José Carlos Barros
Margarida Mano
Maria Manuel Rola
Palmira Maciel
Vânia Dias da Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira
Hugo Carvalho
Ivan Gonçalves
João Azevedo Castro
João Torres

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
João Pinho de Almeida
Luís Monteiro
Pedro Delgado Alves
Sara Madruga da Costa
Teresa Caeiro